

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.859.016 - SC (2020/0015891-6)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE : MARCIO GABRIELLI**  
**ADVOGADO : MARIANA ISABELE RODRIGUES DELLA LIBERA - SC046435**  
**RECORRIDO : METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA SA**  
**ADVOGADOS : MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572**  
**RAQUEL SOBOLESKI CAVALHEIRO - RS047580**  
**PAULO ANTÔNIO MULLER - SC030741**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR PAGO ADMINISTRATIVAMENTE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURAÇÃO. SUBSTRATO PROBATÓRIO SUFICIENTE AO DESLINDE DA QUAESTIO. LAUDO PERICIAL QUE ATESTA INVALIDEZ PERMANENTE E PARCIAL DE MEMBRO SUPERIOR DIREITO, CORRESPONDENTE A PERCENTUAL DO VALOR TOTAL, DE ACORDO COM A TABELA CONSTANTE NAS CONDIÇÕES GERAIS DA APÓLICE. PAGAMENTO DO VALOR INTEGRAL. SUPOSTA VIOLAÇÃO AO DIREITO DE INFORMAÇÃO.

INSUBSISTÊNCIA. CONTRATAÇÃO INTERMEDIADA POR ESTIPULANTE. DEVER ATINENTE AO MANDATÁRIO DOS SEGURADOS (ART. 3º, III, DA RESOLUÇÃO N. 107/2004 DO CNSP). DECISUM REFORMADO. INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

A parte recorrente sustenta, em resumo, que a seguradora violou o dever de informação no que toca às limitações impostas em caso de invalidez parcial permanente, motivo por que deve ser compelida ao pagamento do prêmio integral previsto na apólice.

A Corte de origem assim expressou seu entendimento acerca do tema controvertido, *in verbis* (fls. 273/275 e-STJ):

(...) É de bom alvitre se assentar que, ainda que incidentes as normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor, a extensão das

obrigações assumidas pela seguradora se resumem àquelas que efetivamente ofereceu, porquanto a particularidade do contrato de seguro está exatamente em que, caso tenha a seguradora efetuado uma oferta dúbia, induzindo o consumidor a criar a legítima expectativa de uma cobertura securitária, será seu dever honrar com essa obrigação, o que não se vislumbra no caso *sub judice*.

Não obstante, a tabela que contém os percentuais de limitação da indenização por invalidez parcial encontra-se destacada no corpo do contrato às fls. 124/126 e no certificado individual (fl. 99) constou informação atinente à necessidade de consulta Condições Gerais da apólice, portanto, atendendo às disposições do ditame legal consumerista, que é taxativo ao asseverar que "as cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão" (CDC, art. 54, § 4º).

(...)

Como corolário, na esteira da fundamentação exposta, a conclusão é a de que não houve, no caso *sub judice*, violação ao dever de informação, sendo aplicáveis, pois, as Condições Gerais do contrato de seguro em grupo firmado entre a estipulante e a ré, inclusive no tocante às cláusulas limitativas ao direito do autor, como a tabela gradativa sobre o capital segurado, de modo que se torna imperiosa a modificação do decisum vergastado, para afastar o dever da ré de complementar o valor pago na seara administrativa.

A conclusão do Tribunal revisor - segundo a qual o contrato atendeu aos requisitos necessários para prestar a devida informação ao beneficiário, acerca das limitações atinentes à invalidez parcial - foi obtida pela análise do conteúdo fático e contratual dos autos, que se situa fora da esfera de atuação desta Corte, nos termos dos enunciados 5 e 7 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 17 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora